

A MILITARIZAÇÃO DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS

A militarização dos agentes penitenciários salvou o Sistema Penitenciário de Mato Grosso. Indiferente à polêmica da desmilitarização defendida por alguns, o uniforme, armas e demais paramentos militares, resgatou o Sistema da desmoralização, ineficiência e perigo em que se encontrava, não apenas pelo desejo de conquistar a simpatia da opinião pública, mas como forma de fazer cumprir a lei no que dispõe sobre a pena e permitir que o servidor exerça o seu direito de preservar a sua integridade física.

Após um longo período de transigência no Sistema Prisional, com reiteradas rebeliões e motins, a morte do agente penitenciário Wesley da Silva Santos em 2011, 24 anos, foi um divisor de águas. Em uma reviravolta, os servidores passaram a buscar uma forma de trabalho que lhes desse segurança no desempenho de suas funções nas unidades prisionais e escoltas, método esse encontrado na "Prática Operacional", por meio dos cursos fornecidos pela Diretoria Penitenciária de Operações Especiais – **DPOE**/Subsecretaria do Sistema Penitenciário do Distrito Federal.

A unidade que primeiro adotou esse método de trabalho em nosso Estado, com uso de disciplina militar e regras de segurança, foi a Cadeia de Campo Novo dos Parecis, tendo por mentor o diretor da unidade, à época, agente penitenciário Agno Sergio Silva Ramos que na intenção de disseminar o método passou a ministrar cursos aos servidores interessados de todo o Estado. De imediato os servidores atenderam ao chamado. Com a acolhida da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, a Prática Operacional passou a fazer parte da grade do curso de formação dos agentes penitenciários.

A técnica municia o agente para atuar na contenção na unidade prisional e escolta, sob quaisquer circunstâncias, capacitando-os para ações rápidas com a mínima possibilidade de erros - nesse tipo de trabalho um erro pode custar uma vida- os serviços são realizados com disciplina, eficiência e rigor na observância ao ordenamento legal. Prova do sucesso do programa foi a substituição com êxito dos policiais militares pelos agentes penitenciários nos serviços de guarda e muralha.

A freqüência de motins e rebeliões reduziu, comprovando que a farda não ocasiona maior tensão nas unidades, mas ainda que tais levantes ocorram não desvirtuam a restauração que experimentou o Sistema Prisional com a militarização, pois se ocorrerem, originam-se de fatores que independem desta, como inúmeras e enigmáticas são as causas da violência.

Outro benefício que a nova prática trouxe foi a blindagem do servidor, ocorrendo menor número de agenciamentos destes pelas organizações criminosas. Mesmo com esse presumido afastamento, entre servidor e recluso, os servidores são instruídos a observarem uma postura de respeito para com os presos, porquanto a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, na pessoa do Secretário Luiz Antonio Possas de Carvalho, não compactua com excessos que porventura ocorram no trato com os internos.

Presenciamos no Estado de Mato Grosso um Sistema Prisional fortalecido, organizado e unânime, fazendo uso de uma cartilha comprovadamente eficaz, com sociedade e servidores mais satisfeitos e seguros. Deixamos de ser o ponto frágil da Segurança Pública, de modo que a atenção de nossos governantes pode se voltar para setores prioritários e, assim, juntos, possamos dar ao Estado de Mato Grosso a prosperidade que ele merece.

Helio Rodrigues Ribas
AGEPEN-CPPAD